

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 163

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL DA
COPEL
REALIZADA EM
03 DE DEZEMBRO DE 1998**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury.

Às dez horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A convite do Líder do Governo, Deputado Rossoni, e do Presidente desta Casa, encontra-se no recinto desta Assembléia o Presidente da COPEL: e nós, como temos agido sempre, vamos realizar um debate democrático, não cerceando a palavra de ninguém, dos Deputados, evidentemente, que eles possam fazer as perguntas ao nosso Presidente da COPEL.

Devo informá-los que o Presidente da COPEL precisa se retirar ao meio dia porque tem viagem marcada.

Gostaria que os Deputados que queiram se dirigir ao Presidente da COPEL, fizessem sua inscrição.

Deputado Vanhoni, Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhor Presidente da Companhia de Energia

Elétrica do Paraná, vi uma afirmação sua nos jornais e também acompanha a própria justificativa do Governo do Estado do Paraná, quando marcou essa mensagem de privatização para a Assembléia Legislativa, que a COPEL ela não terá condições e não tem condições de competir no mercado.

Ela precisa ser uma empresa ágil, tem que ter flexibilização para acompanhar a modernidade.

Vossa Excelência é um homem que conhece como funciona o sistema de energia elétrica no Estado do Paraná e no resto do Brasil, faço uma pergunta para o Senhor: o Senhor concorda com isso? O Senhor acha que haverá um outro fornecedor de energia que não este da iniciativa privada, em território paranaense? O consumidor aqui de Santa Quitéria, da Água Verde, poderá optar por uma energia mais barata, fornecida por um outro fornecedor, para a sua casa? Porque é isso que é competição. Vou dizer o seguinte, a fábrica da Renault poderá comprar energia de alguém outro que não a COPEL? Ou da empresa que ganhar, que comprar as ações da COPEL?

Na realidade o monopólio da energia, hoje, no Estado do Paraná, vai ser monopólio da empresa privada que comprar. O Governo do Estado na minha opinião está fazendo um absurdo, na sua justificativa, porque ao longo destes anos todos a COPEL, é talvez das empresas estatais a que apresenta uma das maiores lucratividade, deu 360 milhões de lucro líquido, conforme balancete apresentado por Vossa Excelência, no ano passado e exporta tecnologia para o mundo. Pergunto, uma empresa dessas, com todas as dificuldades que tem no território brasileiro, alcançar este estágio de tecnologia, esta capacidade de lucratividade, o Senhor considera que ela não vai ter condições de competir? Competir com quem, em território paranaense ou em território brasileiro?

Faço essa pergunta para que Vossa Excelência pelo menos abra um pouco e explicita para nós aqui da Assembléia, quais as razões da privatização.

O SR. PRESIDENTE DA COPEL - (Ingo Hubert)

Deputado Vanhoni, Senhor Presidente, Excelentíssimos Deputados desta Casa, Deputado Vanhoni, Vossa Excelência tem acompanhado o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil. Como sei e temos acompanhado também as declarações de Vossa Excelência, e temos percebido que Vossa Excelência tem procurado se informar sobre todo o desenrolar da legislação recente do setor elétrico brasileiro.

Como tal, conhecemos as leis que foram publicadas em 1995, a Lei de Concessões. As leis que foram depois publicadas em 1996 e 1997, principalmente uma situação completamente nova no setor elétrico brasileiro. Nova para padrões brasileiros, porque internacionalmente esse sistema de com-

petição já é praxe, haja vista a situação da Argentina, por exemplo, da Austrália, da Nova Zelândia, da Inglaterra, mesmo dos Estados Unidos. E esta legislação estabelece um regime de competição. Como bem apontou agora há pouco Vossa Excelência realmente um consumidor como a Renault pode perfeitamente comprar energia através do sistema interligado, de um outro fornecedor se assim o entender.

A legislação hoje, e ainda que essa legislação considere um regime de transcrição de um sistema de monopólio regulado, aquele que tinha antes de 1995, um sistema aberto à competição que gradualmente vamos tendo no Brasil, a exemplo desses outros países, e que estabelece que hoje, consumidores novos de até 3 megawats de potência instalada, já podem escolher os seus fornecedores. Se por exemplo, um consumidor de 3 megawats ou acima, se hoje quiser comprar energia da CESP, da CELESP ou da RGE que é a empresa privada no Rio Grande do Sul, ele pode perfeitamente fazê-lo, bastando para isso um comunicado à COPEL de que por alguma razão ele não deseja mais os serviços da COPEL. A partir do mês seguinte é um consumidor de grande porte. A legislação portanto não apenas prevê isso no sistema interligado de distribuição e transmissão de energia elétrica, mas também estabelece uma redução paulatina desses níveis. Ano após ano esses níveis de potência vão decrescendo. E na Argentina, hoje, este nível já chegou a 150 Kwats a potência instalada. O que significa que praticamente qualquer consumidor maior pode, perfeitamente comprar a sua energia de um outro fornecedor, do que aquele estabelecido no território da respectiva unidade da federação.

No nosso caso, os níveis serão também reduzidos a tal ponto, de que no mínimo todas as indústrias de médio, de grande porte, tenham condições de optar, todos os comércios de médio e grande porte, seguramente terão a possibilidade de optar. E com isso, no mais tardar 2 anos, nós vamos ter praticamente 50% do nosso mercado em condições de competição. E esses 50% tenderão a crescer ainda mais ao longo do tempo, na medida em que esses limites de opção vão sendo reduzidas, o que significa que qualquer empresa que não tenha agilidade suficiente, que não tenha economia de escala suficiente, que não tenha custos reduzidos, ela realmente corre o risco de ser reduzida em seu valor, porque outras empresas em volta do Estado do Paraná, todas elas privadas, todas elas com uma liberdade de atuação, que uma empresa estatal jamais terá e aliás, é justo até que não tenha, porque afinal, ela lida com o dinheiro público, precisa se cercar de cuidados muito maiores, do que uma empresa que responde exclusivamente a seus acionistas.

Então, estas empresas elas terão um poder de aglutinação que uma empresa estatal dificilmente terá. Terão também um poder de deliberação sobre a sua política de investimentos que uma empresa estatal não tem. E não tem, porque recentemente foi cerceada completamente de acesso ao mercado de capitais, com restrições do Conselho Monetário Nacional. Tem ainda uma série de medidas regulamentares, que não cabem a iniciativa privada, que cabem a iniciativa do Estado, que criam burocracia. Ou seja, uma série de condições que realmente colocam em risco a competitividade de uma empresa nessas condições. O que significa que potencialmente ela vai perdendo o seu mercado que hoje, como Vossa Excelência mencionou muito bem, em empresa que vale muito, é eficiente, lucrativa, uma empresa produtiva, tem tecnologia. Essa empresa dentro de quatro ou cinco anos, talvez não valha nem uma parte mais deste valor que ela vale hoje. Esse é o risco que se corre hoje, dentro desse modelo competitivo.

Então isto, responde a questão de Vossa Excelência.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quero levantar algumas perguntas, que acho que são importantes que a Assembléia está cobrando já faz algum tempo. Antes de fazer as perguntas, me permita, mas as observações que o Senhor faz é dentro da ótica do mercado da iniciativa privada, única e exclusivamente.

E pelo conhecimento que tenho, menor do que o seu, tenho conhecimento do processo de privatização da Argentina e do Chile, onde o setor elétrico foi passado totalmente para a iniciativa privada, isso faz mais de seis anos. E de lá para cá, as tarifas tanto para a produção, quanto para o consumo particular, residencial, simplesmente aumentaram vertiginosamente os preços.

E o dano que trouxe para as populações de baixa renda naqueles países foi dramático. No nosso País, não acredito que seja diferente.

Não vejo como o preço baixe e a competição se estabeleça. O monopólio do mercado desses grandes Trustes e eles vão faturar em dólar, tirando o lucro daqui do território brasileiro, para transferir onde eles quiserem para o resto do mundo. Quer dizer, o Estado vai perder um grande instrumento de desenvolvimento econômico, através de energia e políticas sociais, que através de energia pode se fazer. O Senhor poderia me responder as seguintes perguntas: Quanto de ações ON está na mão do Estado, e quanto vale este percentual das ações ON ainda serem disponibilizados em caução ou alienados, vendidos que a COPEL tem. E quanto foi até agora vendido das ações, tanto ON e quanto PN. Quanto de dinheiro a COPEL arrecadou tanto em caução,

e se tem alguma ação em caução ainda. Quais as empresas que compraram essas ações da COPEL até agora?

O SR. INGO HUBERT

Deputado Vanhoni, vou responder uma parte das perguntas de Vossa Excelência por uma razão. Dificilmente vou poder responder àquilo que não é da alçada da COPEL. Evidentemente, quem vende as ações é o Estado do Paraná e não a COPEL. Ou seja, quem aufera recursos é o Estado do Paraná através da Secretaria da Fazenda e não a COPEL.

Por essa razão, nós não podemos fazer nenhum juízo de valor sobre a venda dessas ações. O que posso mencionar aqui são os números. Ou seja, o Estado do Paraná, detém 63% do capital votante da COPEL e 19% do capital preferencial. então, são esses números que nós temos na nossa contabilidade como registrados.

Agora, como foram vendidos, enfim o juízo de valor, caberia realmente a Sua Excelência o Secretário da Fazenda, explicitar que terá muito mais condições de uma avaliação aqui, até porque quem vende, é quem detém a propriedade das ações. E que no caso detém a propriedade das ações é o Estado, que poderá se pronunciar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER

Gostaria de fazer uma pequena introdução. No "site" via Internet da ANEEL, temos os gráficos que demonstram que as tarifas tem aumentado no nosso País, quase que, vertiginosamente, em 1992 para cá, principalmente nos últimos meses, quando começou a ter as privatizações.

É lógico que alguns dos crescimentos foi a preparação dessas empresas para a privatização.

Assim, a empresa privada terá pouco a corrigir.

Minha pergunta é: de todas as ações vendidas até agora, quais são os valores das 21 cotações anteriores a venda de cada um dos lotes de ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro?

Quanto foi pago de comissão pelas operações de venda das ações da COPEL? Quem recebeu essa comissão pela corretagem? Qual o destino dado aos recursos obtidos com a venda de cada lote de ações? Qual o critério utilizado pela diretoria da COPEL para destinar os recursos provenientes da venda das ações da empresa? Isso tudo é importante que tenhamos uma noção de como se encontra, não só as ações de propriedade da COPEL, mas sim até como tem se comportado em relação a venda dessas ações.

O SR. INGO HUBERT

A questão de Vossa Excelência é bastante semelhante a do Deputado Ângelo Vanhoni. A resposta é praticamente a mesma. Quem vende as ações é quem detém o poder sobre elas, que é o Estado do Paraná. Ou seja, esses recursos provenientes da venda das ações não vão para a COPEL, mas sim para o Tesouro do Estado que faz a devida destinação.

Como foram feitas essas vendas, ou se foram pagas comissões, a quem e através de quem? É uma pergunta que poderá ser muito melhor respondida por quem realmente conduziu essa operação, que não foi a COPEL.

Sobre as tarifas gostaria de tecer algumas considerações: Em 1994 a tarifa da Argentina, ainda sob o regime de monopólio, era uma das mais caras do mundo. Nós, inclusive, nos ufanávamos disso, que comparávamos as nossas tarifas com o nosso país vizinho, e constatávamos as nossas tarifas com o nosso país vizinho e constatávamos que nossas tarifas eram substancialmente mais baixas. Depois de quatro anos de competição, hoje as tarifas da Argentina estão, praticamente, semelhantes as nossas. Ou seja, houve uma queda substancial das tarifas nesse meio tempo.

Vossa Excelência também afirma que houve um acréscimo tarifário nesse meio tempo, de 1992 para cá. Tenho o número de cabeça de 1994 para cá, desde que foi instaurado o Plano Real.

As tarifas da COPEL subiram nesse período em aproximadamente 22% (vinte e dois por cento).

Também as tarifas das demais empresas seguiram, mais ou menos, esse mesmo perfil, privadas ou não. Até porque ainda estamos nesse momento, dentro de um regime regulado, ou seja, a competição ainda não começou propriamente dita. As forças competitivas não estão ainda atuando no nosso país, conforme estabelecidas em lei, até porque esta lei é recente, de 95, e também, elas carecem de uma série de implementações e regulamentações.

Houve até um caso, Deputado Fier, que gostaria de mencionar à V. Exa., que é até emblemático em relação a essa sua questão, o caso da EXCELSA que na última revisão tarifária, a que submetida ainda neste ano no mês de julho, teve as suas tarifas reduzidas pela ANEEL, ou seja, esta revisão tarifária ainda num regime de transição, num regime que não é nem de todo regulado mais, e ainda não é competitivo como prevêem as leis, ela possibilita como V. Exa. há de constatar a possibilidade não de subida mas, inclusive, de queda de tarifas, como na prática aconteceu. Temos um caso real para comprovar isso, que foi o caso da EXCELSA.

Todas as empresas ao submeterem as suas propostas tarifárias a ANEEL que as homologa dentro dos contratos correm este risco, exatamente, de uma queda tarifária não de crescimento. Como sabemos que nesse período de julho/94, até agora a inflação acumulada, ela supera os 40%, podemos ver que os reajustes das tarifas em todo o Brasil seguramente aconteceram abaixo da inflação do período. De maneira que não é a primeira vista nada que nos preocupar e é algo que está sob intenso escrutínio da agência reguladora que é ANEEL e futuramente estará também das agências reguladoras dos estados. Como bem sabe V. Exa., existe uma iniciativa do Estado do Paraná, conforme a Lei de Concessões de criar também uma agência reguladora no nosso Estado, medida esta que nos parece extremamente salutar a nível de COPEL, porque é a maneira, realmente, de a sociedade paranaense e os nobres representantes dessa sociedade poderem acompanhar e aquilatar aquilo que acontece nos setores de prestações de serviços, não apenas em energia elétrica, mas também em transporte, saneamento e outros setores de serviços. É uma forma de a sociedade paranaense acompanhar e controlar aquilo que acontece nas empresas.

A nossa realidade, portanto, ela segue aquilo que está se observando em outros países, já abertos a competição. Como disse, estamos nesse momento num Regime de Transição, e com essa regulamentação que está acontecendo e também com as experiências que se está coletando, entre todas as empresas recém privatizadas, também as empresas ainda não privatizadas, como a COPEL, que por sinal seguem exatamente os mesmos regulamentos, pode se ver que, realmente, não houve no Brasil uma evolução tarifária que possa nos preocupar por ter sido, por exemplo, acima da inflação do período.

O SR. FLORISVALDO FIER

Sobre as tarifas, Presidente, durante o processo de Ditadura Militar a inflação era alta, as tarifas também não acompanhavam a inflação. O senhor deu o exemplo da EXCELSA, dou o exemplo da LIGHT aonde as tarifas foram recentemente majoradas. Vai dizer o senhor que o ANEEL aprovou. Não só foi majorada, mas vimos a quantidade de “apagões” que o Rio de Janeiro sofreu no último verão com uma empresa privada.

Quando foi para a construção de Salto Caxias tenho a informação que a COPEL foi buscar dinheiro e obteve da FINEL o empréstimo. Porém a COPEL não aceitou este dinheiro. Quero saber por que razão não aceitou? Mas, no entanto depois fez

um empréstimo através da SPC. E por que razão não foi aceito um? Por que razão foi aceito o outro?

O SR. INGO HUBERT

Deputado Fier, gostaria de reposicionar essas informações. Não sei exatamente de que fonte provêm porque elas realmente não condizem com a realidade.

O SR. DR. ROSINHA

Só um aparte.

Vou dizer a fonte, porque a pedido de informação não é aprovado aqui nesta Assembléia. A fonte é a imprensa. É a única que conseguimos mais democrática, apesar de tudo, como é controlado, porque aqui não se aprova nenhum pedido de informação, para saber absolutamente nada.

O SR. INGO HUBERT

Apenas para proteger a imprensa, porque também cultivamos relações extremamente amistosas. A imprensa noticiou, aliás, com bastante destaque, que a COPEL se valeu de 300 milhões de empréstimo, da FINEL, em que pese que no início das obras de Caxias, ainda não se tinha uma idéia muito clara de como seria financiar uma obra dessa envergadura, afinal uma obra de perto de um bilhão de reais, uma obra que exige recursos de grande envergadura, que se imaginou realmente, durante um período, organizar uma SPC que é uma Companhia de propósito especial para facilitar o levantamento do excedente de recursos, ou seja, os 300 milhões de empréstimos da FINEL seriam aplicados como de fato foram aplicados em Caxias na sua totalidade, e os demais recursos seriam levantados, imaginava-se em 95, na falta de qualquer outra alternativa, através de uma sociedade de propósito especial.

Ocorre que nesse meio tempo, tivemos a felicidade de termos uma conjuntura internacional extremamente boa e conseguimos fazer com que a COPEL fosse o que ela é hoje, a única empresa listada nas bolsas internacionais, oficialmente a Bolsa de Nova York e através de vasos comunicantes do mercado de capitais, através da Bolsa de Nova York, com acesso a todo o mercado de capitais do mundo.

Portanto, aí conseguiu-se uma fonte, acesando o mercado de capitais, de recursos, extremamente econômica, extremamente favorável, haja vista a conjuntura. Por sinal, esta operação foi realizada numa época em que o crédito do Brasil estava melhor do que está hoje, em que a comunidade dos investidores internacionais estava bastante ávida em fazer investimentos no Brasil e o fez através dessa listagem, enfim, a Bolsa de Nova York e do lançamento de duas operações, uma operação de

Eurobonus e uma operação de ABRs através das quais não apenas foi possível financiar todo o excedente de Salto Caxias e hoje, graças a isso, a COPEL é uma empresa que tem apenas 20% do seu balanço comprometido por dívidas - oitenta por cento é capital próprio - e conseguiu ainda assim, utilizando esses recursos da

ELETROBRÁS, que por sinal, são recursos do setor, são recursos provenientes da reserva geral de reversão, com os quais então se financiou cerca de 300 milhões de Salto Caxias. O restante foi inteiramente coberto por essas operações que mencionei aqui, as operações de Eurobonus e de ABRs que foram lançadas no momento em que se permitiu a listagem da nossa empresa como a única empresa listada do setor elétrico, na Bolsa de Nova York. Desta maneira, fechamos não apenas a obra de Salto Caxias mas todo o programa de transmissão do Estado, todo o programa de distribuição.

Mencionava, V. Exa., os “apagões” do Rio de Janeiro.

No Paraná, procuramos prevenir e como V. Exa. há de constatar, em que pese uma ou outra interrupção eventual que se tem, nem de longe se tem “apagões”.

O SR. DR. ROSINHA

É porque é estatal.

O SR. INGO HUBERT

Ela investe corretamente também, quer dizer, ela faz o seu dever de casa, ela, por exemplo, este ano está investindo 150 milhões em distribuição, que são sistemas de correção reativa, que são sistemas de proteção, de redundância, que são sistemas de anéis, exatamente para evitar os “apagões”. Naquilo que diz respeito à indústria, S. Exa. o Deputado Vanhoni mencionava o caso da Renault, essas indústrias por sinal, estão tendo um atendimento especial em termos de confiabilidade na medida em que se criam os chamados “anéis de distribuição”. São investimentos que realmente criam um nível de competitividade, de confiabilidade, que servem também eles como atrativos de novos investimentos em nosso Estado. De maneira que, todos esses investimentos mencionados por V. Exa. foram financiados desta maneira, através de acesso ao mercado de capitais e através então de utilização de recursos da FINEL.

Ocorre que V. Exa. também acompanhou, há cerca de um mês atrás, o Conselho Monetário Nacional emitiu uma resolução, a Resolução nº 2515, que proíbe empresas como a nossa formalmente, de futuros acessos ao mercado de capitais. Esta mesma resolução não proíbe no entanto que, empresas privadas façam qualquer tipo de acesso que desejarem ao mercado de capitais. Com isto

cria-se um obstáculo quase que intransponível para uma empresa como a nossa, em que pese, como disse muito bem V. Exa. ser uma empresa boa, sólida, rentável, esta simples impossibilidade, este obstáculo que foi criado, que é até compreensível do ponto de vista de política monetária nacional, mas que para nós e para todas as empresas de mais estatais criou realmente um embaraço quase que intransponível, está formalmente vedado hoje o acesso ao mercado de capitais.

Vossa Excelência pode ver por aí como foi importante há um ano atrás, temos nos valido daquela oportunidade que se nos apresentou para trazermos esse dinheiro todo para o nosso Estado, e com ele fazermos aqueles investimentos que exatamente vão nos evitar os “apagões” mencionados por V. Exa.. E assim, cria-se condições que tornam a posição de uma empresa estatal cada vez mais difícil no mercado competitivo.

O SR. DR. ROSINHA

Vou, na minha última intervenção, nos últimos dois anos, qual foi o investimento que a COPEL, fez em melhoria do sistema de distribuição de energia, enfim de todo o sistema energético? E qual foi o investimento em fibra ótica e outros equipamentos para transmissão de dados, e por último, uma intervenção política, que acho necessário, porque estamos numa casa política, em vários momentos quando a COPEL fez a parceria com o setor privado para construir Caxias foram recebidas várias críticas à COPEL, e no Jornal “COPEL Informações” daquele período, foi uma pergunta ao senhor, que era a seguinte: “Muitas das críticas nesse modelo, considera que se trata de um dos passos no sentido de privatizar a COPEL?” Era a pergunta feita no “COPEL Informações”, que eram justamente críticas ao modelo de construção de Caxias. O Senhor respondeu: “A COPEL por decisão do Governo do Estado não será privatizada. Quem afirma o contrário a essa cultura já está agindo de má fé. O Governador Jaime Lerner já reiterou várias vezes que a COPEL não está a venda, nem será privatizada.”

Agora, com o processo de privatização da COPEL, o senhor continua pensando que quem faz a crítica está de má fé, ou está de má fé a direção da COPEL?

O SR. INGO HUBERT

Deputado Rosinha, vou por partes aí porque a pergunta é bastante abrangente e de grande conteúdo.

Inicialmente os investimentos em distribuição e transmissão. A COPEL fez ao longo dos anos de 97, e o investimento em curso, agora, de 1 bilhão e 300 milhões de reais, dos quais, 600 milhões em 97

aproximadamente, e 700 milhões em 98 também aproximadamente.

Desses investimentos, nos anos de 97 e 98, cerca de 150 milhões em cada ano, couberam a área de distribuição, que são exatamente aqueles investimentos que mencionava na pergunta anterior de V. Exa., visando dotar a nossa rede de distribuição de maior confiabilidade, e também de colocá-lo tecnologicamente no nível do momento. E transmissão nesse mesmo período, também foram feitos investimentos da ordem de 120 milhões de reais, em ambos os anos e o restante coube a geração e a outros pequenos investimentos, como esse que Vossa Excelência acabou de mencionar, por exemplo, em fibras óticas e transmissão de dados.

Investimos, até esse momento, em fibras óticas e transmissão de dados algo como 30 milhões de reais, que é uma grande inovação, é a substituição dos cabos de proteção das linhas de alta-tensão por cabos em que circulam fibras óticas, e com isso a possibilidade, no futuro, de utilização de nossa rede também para a finalidade de comunicação ótica ou comunicação de dados.

Em termos de Caxias, os investimentos em Caxias, com juros sobre obras em andamento, estão, hoje, perto de um bilhão de reais, aproximadamente. Dentro desse investimento de Caxias houve um dos maiores programas ambientais de que já se teve conhecimento, hoje, no Brasil, investiu-se algo como 18% do total da obra em investigação ambiental de toda a espécie, começando pelos reassentamentos, pelo cuidado ecológico, fauna e flora, principalmente preservação, a construção dos acessos, balsa, pontes, estradas, enfim, todos esses segmentos estão contemplados dentro desse programa ambiental. Evidentemente, que qualquer que seja o programa ambiental que se faça, e Itaipu está aí para contar a história, todas as demais usinas também, é bastante complicado, porque se lida com uma comunidade bastante eclética e bastante ampla, e há, como não poderia ser diferente também uma multiplicidade dos interesses, assim que há disponibilidade, e principalmente a disposição de se investir recursos em programas ambientais, começam a surgir os interesses e é muito importante que uma empresa mantenha a suficiente serenidade para separar o joio do trigo, ou seja, que uma empresa consiga separar os interesses justos daqueles interesses mais oportunistas. E isso a COPEL tentou fazer, volto a dizer, é algo extremamente complexo, porque estamos lidando com variáveis até certo ponto subjetivas aí, e até ousar dizer que, apesar de todos os cuidados, dificilmente vai se conseguir resolver todos os problemas ou agradar a todos, mas, pelo menos, tentou-se, com toda a sinceridade, com toda a honestidade, com toda a competência profissional disponível, resolver o

problema da maneira mais eqüitativa, mais equânime possível.

No que diz respeito a COPEL informações, a menção de Vossa Senhoria àquelas afirmações, elas realmente aconteceram e aconteceram numa época em que ainda não havia resolução do Conselho Monetário Nacional, ainda havia o acesso total da COPEL ao mercado de capitais e a tentativa da COPEL participar, inclusive, de outras empresas coisa que a COPEL tentou fazer. A COPEL participou, por exemplo, dos leilões da CEMIG, da ENESUL, pretendia participar dos leilões da GERASUL e da CELESC, ocorre como empresa estatal a COPEL foi formalmente impedida de fazer isso, inclusive nos editais, a justificativa encontrada para tal é que se encontrava de editais de desestatização e não de reestatização. E por essa razão uma Companhia como a COPEL estava formalmente proibida de participar, com isso perdemos a oportunidade, por exemplo, de nos associarmos a essa empresa que acabou de adquirir a GERASUL, no próprio Rio Iguaçu que está dentro do nosso Estado, e vemos por aí como realmente a empresa, enquanto estatal, está sendo impedida de fazer aquilo que as empresas privadas fazem todos os dias, aumentar a sua presença, se tornarem mais fortes, ganhar mais economia de escala, ganhar mais poder competitivo, ganhar mais força, enfim, mais tônus em detrimento de uma empresa como a nossa que está cerceada por um conjunto de regras que torna praticamente certa a sua queda em valor no tempo.

Então, aquilo que a COPEL é hoje e aquilo que a COPEL foi, quando foram feitas essas afirmações, com uma boa probabilidade, não será o caso daqui a alguns anos, exatamente por causa de todos aqueles fatores.

Quando o nosso Governador afirmou, e era intenção dele realmente manter a empresa como estatal, imaginava-se que a COPEL poderia concorrer com estes gigantes que estão à nossa volta e que são todos privados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e possivelmente Santa Catarina dentro de mais algum tempo. Achava-se que a COPEL poderia concorrer com todos eles numa posição de igualdade, numa posição de igual acesso ao mercado, numa posição de igual custo do dinheiro, de igual economia de escala, numa posição, enfim, eqüitativa em relação a eles.

O que aconteceu, no entanto, depois daquilo, o fato mais emblemático, mais ilustrativo disso aconteceu através da recente resolução do Conselho Monetário Nacional, a 2515 que eu mencionava e que proíbe uma empresa nossa formalmente ao acesso ao mercado de capital, restringe portanto o seu espaço de atuação. O que vai acontecer? As outras empresas vão ficando maiores e maiores, vão conquistar fatias

maiores e maiores do mercado, vão acabar tirando o mercado do Paraná de baixo do nosso nariz literalmente, e a lei permite isso, o modelo competitivo permite isso, e, o nosso patrimônio que foi conquistado com o sacrifício do povo paranaense ao longo de quatro anos, corre o risco de se desvalorizar por mais competente que possa eventualmente ser um corpo de funcionários e de dirigentes dentro de uma empresa destas.

De maneira que esta é a situação de fato, a situação do novo modelo. Evidentemente pode-se discutir o modelo, pode-se ser a favor ou contra ele, mas o modelo está aí e é uma fato, é um dado. Não podemos mais discutí-lo, é uma realidade e temos que nos posicionar dentro desta realidade. Portanto, aquilo que foi dito na ocasião foi dito realmente de boa fé, foi dito com o conhecimento das variáveis da época e dos parâmetros da época que eram circunstância ainda favoráveis a uma empresa como a nossa e que hoje reconhecidamente não o são.

Portanto hoje a situação é completamente diferente e como disse, corre-se realmente o risco de ver a nossa empresa sujeita a um conjunto de forças e de pressões que ela não tinha até algumas semanas atrás.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente Anibal Khury, Senhor Presidente da COPEL Ingo Hubert, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de saber do Dr. Ingo se ele é funcionário da COPEL.

O SR. INGO HUBERT

Não, sou Diretor eleito, estatutário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Esta pergunta é impertinente, Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Preciso saber disso, Senhor Presidente, para fazer as considerações que preciso.

Vossa Excelência já ocupou, na COPEL, cargos de direção em outros governos?

O SR. INGO HUBERT

Não, Senhor.

O SR. ORLANDO PESSUTI

A pergunta é pertinente, Deputado Anibal Khury, porque entendo que todos aqueles, na condição de funcionários da COPEL, trabalharam desde a sua origem ou durante o seu desenvolvimento ou que em outras ocasiões trabalharam na condição de Diretor desta empresa, também participaram efetivamente de todo este processo de construção da COPEL, de implantação deste sistema,

desta matriz energética aqui no Estado do Paraná, liderado e comandado pela nossa Companhia de Energia.

E, um dos assuntos que, sem sombra de dúvida, com grande competência, essas pessoas, na condição de funcionários ou dirigentes, em outras oportunidades desenvolveram, foi a implantação desta coisa maravilhosa, pelo menos dentro do meu ponto de vista, que é a eletrificação rural implantada no Estado do Paraná.

Porque todos nós, ou pelo menos a maioria dos Deputados eleitos nesta Assembléia somos acostumados durante o período de campanha eleitoral, ou em nossos pronunciamentos nesta Casa, dizer que a agricultura é prioridade, que temos que ajudar a agricultura, que temos que olhar o lado social, as pessoas carentes, os grotões e tudo mais e a COPEL não ficou apenas só nesse discurso e foi em cima do Governo de José Richa, foi em cima, dando sequência num programa já previamente trabalhado por Ney Braga no seu Governo, implantou um amplo programa de eletrificação rural no Estado do Paraná. A dúvida que tenho, e por isso transiro como pergunta a Vossa Senhoria, é se após a privatização da COPEL se nós, aqueles que defendemos o setor produtivo rural, se nós aqueles que moramos lá mais distante no meio rural, se nós que somos daqueles grotões, daquelas regiões serranas, onde poucos consumidores existem e muitas vezes uma grande rede tem que ser construída, se essas pessoas continuarão a merecer o tratamento que mereceu até agora da COPEL, empresa estatal de energia do Paraná, para que recebesse a energia elétrica. Essa é a primeira questão, a eletrificação rural, e como que ficará posteriormente essa situação?

O segundo questionamento que faço é em cima do artigo 1º da proposta que chegou a essa Assembléia, e que também é constante do substitutivo que está proposto para ser discutido e votado na tarde de hoje. Diz o Artigo 1º: "Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia através de qualquer dos meios previstos em lei, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas, ou subsidiárias julgadas necessárias para tal fim." Bom, esse artigo, ele sendo aprovado pela Assembléia na realidade não é apenas um cheque em branco, é um talonário daqueles bem graúdos que o Banco do Brasil dava outrora de cinquenta folhas pelo menos, é um talonário cheio de folhas em branco, folhas assinadas em branco, porque não temos aqui nessa proposta de lei que está sendo votado pela Assembléia nenhuma informação de como se processará essa reestruturação

societária. Comenta-se que poderá surgir da COPEL de hoje cinco, seis novas empresas, outros dizem treze, outros dizem sete, e já chegaram a me dizer doze novas empresas. Então, pergunto a Vossa Excelência, porque segundo informações trazidas a nós de dentro da própria COPEL de funcionários que ali atuam, já estaria pronto ou em fase final de elaboração um estudo prevendo essa reestruturação societária. Então, pergunto a Vossa Senhoria como que ficará a COPEL depois de aprovada essa lei e depois de promovida essa reestruturação societária, para que possamos pelo menos saber como é que vai ficar essa empresa. Essas duas perguntas que tenho para Vossa Senhoria.

O SR. INGO HUBERT

Perfeitamente. Deputado Pessuti, a primeira pergunta que Vossa Excelência me faz sobre a eletrificação rural é extremamente pertinente porque ela nos permite diagramar um pouco a situação. Em primeiro lugar qualquer concessionária, e isto é do código de águas, a própria, as leis, o conjunto de leis que estipulam o regime de concessões já há décadas no Brasil, nessas leis existe o princípio da universalidade, ou seja, uma empresa como a COPEL, como a SANEPAR, como, enfim, qualquer empresa que detenha a concessão sobre um território geográfico, ela é obrigada a atender a totalidade dos consumidores que existam dentro dessa unidade. Ou seja, é uma questão de concessão, e por conseguinte de perda de concessão se ela não o fizer. Como condição de contorno desse princípio, como limitante desse princípio existe um montante de investimentos alocados a isso daí de tal forma a não prejudicar os demais consumidores, que de uma maneira ou de outra pagarão por esses investimentos através das suas tarifas. Em outras palavras: uma concessionária é obrigada a atender todo mundo desde que os investimentos que ela faça para isso não onerem substancialmente as tarifas dos demais consumidores, que em última análise não estão diretamente relacionados ou estão, talvez, indiretamente relacionados com o problema.

Sempre foi um problema para a COPEL, como foi também para outras concessionárias achar o meio termo exato entre essas duas militantes. Em vários governos fez-se esforços, como Vossa Excelência mencionou muito corretamente, por exemplo, no Governo Richa, sabemos do tradicional "Click Rural", que foi um programa de grande sucesso naquela época em que ligou realmente uma imensidão de pequenos sítiantes de proprietários rurais, que não tinham acesso a rede de energia elétrica a isto.

Evidentemente, quando se começa a atacar uma área um pouco mais complexa, procura-se inicialmente atingir aqueles filamentos mais simples

de serem resolvidos. Na medida em que progredimos vai-se chegando àqueles mais complexos.

Hoje devemos ter no Paraná, segundo as nossas estimativas, algo como quarenta mil propriedades agrícolas, que ainda não possuem acesso a rede elétrica e que estão em fase progressiva de ligação.

Aí acontece uma situação bastante interessante. Em 1995, esse número era de sessenta e cinco mil propriedades agrícolas. Neste meio tempo, portanto, de 95 até agora, em que pese que também não se fez grande publicidade disso, porque encarávamos isto, como apenas uma parcela da nossa responsabilidade natural, portanto, nada daquilo que nós devêssemos nos ufanar expressivamente. Porém, de 95 até agora foram ligadas vinte e cinco mil pequenas propriedades agrícolas, pequenos sítios. Ocorre que por um cálculo médio, a ligação de qualquer um desses sítios custa aproximadamente três mil reais, uns mais outros menos. E esta importância é mais cara do que era no passado, porque hoje estamos atendendo localidades e sítios mais distantes de nossas redes normais de energia elétrica.

Estamos autorizados - isto, é de lei, não é algo sobre o qual a COPEL ou qualquer concessionária privada ou pública possa deliberar -, a participarmos com 2/3 desse valor, ou seja, dos três mil reais a COPEL pode aplicar até mil reais. O pequeno precisa contribuir na média com mil reais. Isso é de lei. Não é nada diferente daquilo que qualquer concessionária teria.

Chegamos à constatação no início de 1.995, pelo perfil desses pequenos sítiantes, que eles dificilmente teriam sequer condições de arcar com aqueles mil reais. Não teriam dinheiro para tanto.

O Governo, principalmente, o Governador Jaime Lerner, com a sua conhecida criatividade, criou uma solução para resolver o problema. Qual foi essa solução? Foi até folclórico, porque ele me fez a pergunta: "Se você me disser mil reais em sacos de milho quanto é que dá?" Fiz as contas e disse-lhe que dava cerca de cento e vinte sacas de milho. "Está bom. E para plantar cento e vinte sacas de milho, qual é a área que precisa?" Um alqueire mais ou menos. "Quanto de sementes precisa-se para plantar cento e vinte sacas de milho?" Chegamos à conclusão que algo em torno de trinta quilos de semente, de boa qualidade. Fizemos um convênio, que se chamou de Vale Semente e resolvemos um problema da agricultura e também da eletrificação rural.

É bom que se saliente que essa parcela de mil reais não saiu da COPEL, como não sairia de concessionária nenhuma, pública ou privada.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Certamente isso aconteceu porque a empresa era estatal, tinha um interesse social e governamental de atender os produtores. Será que a concessionária privada vai se preocupar com esse lado?

O SR. INGO HUBERT:

Deputado Pessuti, volto ao primeiro princípio, com ou sem mentalidade social um dos princípios da concessão é a universalidade. A concessionária corre até o risco de perder a concessão se não o fizer. O que ela precisará fazer é negociar com outro parceiro, que tenha um profundo interesse ou pressupostamente terá um profundo interesse social, que é o Governo, uma condição na qual, em parceria, se consiga resolver o problema satisfatoriamente.

O concessionário, público ou privado, no nosso caso público, pudemos chegar até determinado trecho, essa mesma regra vale também para o concessionário privado. Ou seja, aquilo que o concessionário público faz o concessionário privado também é obrigado a fazer, por lei. A regulamentação de até onde ele pode ir, no investimento, também é a mesma.

De maneira que, o problema se restringe, em última análise, àquela parcela faltante, e alguém terá que pagá-la, que não a concessionária de energia elétrica, como não está sendo paga hoje pela concessionária de energia elétrica, tampouco. Acontece que hoje encontrou-se uma maneira bastante criativa de resolver o problema daquela parcela, que sabidamente o pequeno sitiante não consegue mesmo pagar. E no futuro será a mesma coisa, ou seja, de uma maneira ou de outra, o governo estadual, com a sua função social, terá realmente que achar uma maneira, juntamente com o concessionário, de fazer que o concessionário cumpra o seu princípio de universalidade e o governo, por outro lado, tenha atendido o seu propósito social. Acontece, para finalizar, que um governo que tenha recursos para cuidar de suas funções sociais, estará muito mais bem equipado para isso, do que um Governo que, comparativamente, não tem essa mesma situação e que, conseqüentemente, precisa achar, encontrar outras maneiras de fazê-lo. No caso do Paraná encontrou-se uma maneira, incluindo até o interessado, que é o pequeno sitiante como outros vértice do triângulo. Ou seja, Estado, COPEL, concessionária no caso e sitiante. No caso o sitiante, como não tem dinheiro ele entra com o que? Ele entra com a sua boa vontade, seu desejo de ter energia, sua terrinha lá, seu um alqueire, e com seu suor, seu esforço, através do que ele vai plantar esse milho e com esse milho vai pagar a sua parcela. E com isso 25.000 pequenos sítiantes tiveram acesso à rede elétrica, ao longo destes últimos três anos.

A mesma situação, perfeitamente, poderá continuar no futuro, ou seja uma coisa não impede a outra, é sempre uma questão de negociação e de atendimento aos princípios já contemplados nos respectivos regulamentados legais.

Sobre a questão da estruturação, a segunda parte da pergunta que me formula V.Exa., as próprias leis de concessão, a saber a Lei 8987 e a Lei 9074, respectivamente de 95 e de 96, elas já estipulam aquilo que uma concessionária pode ou não poder fazer, em termos de competição. Já que esta lei fala, fundamentalmente, do regime de competição ela diz, por exemplo, o que uma concessionária não pode fazer. Entre essas coisas ela diz que uma concessionária não pode esconder os seus números como se fôra uma caixa preta. Evidentemente uma empresa integrada e há apenas duas no Brasil, nessa situação, Minas Gerais e no Paraná, respectivamente a CEMIG e a COPEL, como verticalizadas que são, têm uma contabilidade única. Uma contabilidade que não discrimina custos, por exemplo, custos e preços de geração, transmissão e de distribuição. Com isso existe uma transferência de valores automática e não contabilizada entre esses valores. Ora quando empresas segmentarias desse todo precisam competir com empresas congêneres, por exemplo, quando a parte geração da COPEL precisa competir com a GERASUL, agora privatizada, ou precisa competir com a SESP ou com alguma outra empresa FURNAS, ELETRONORTE, a serem privatizadas em breve, é sumamente importante que se conheça a estruturação exata dos custos da parte geração, que está englobada dentro do todo COPEL. Por essa razão, estas leis que eu mencionava antes, elas estipulavam que as empresas verticalizadas, precisam se desverticalizar.

Em outras palavras, independentemente da discussão que se tratava aqui, no nosso Estado, a COPEL estatal, teria que promover uma desverticalização, isto é, uma separação da sua parte G, numa sociedade, numa empresa independente. A sua parte de transmissão e a sua parte de distribuição também numa sociedade independente, com contabilidade diferentes e independentes, de tal forma que o agente regulador ANEEL ou eventualmente a agência de regulamentação, pudesse controlar precisamente os graus de estruturação de custos, a transferência de preços e o grau de competência leal ou desleal que cada uma dessas unidades faz com suas congêneres no País.

Assim que essas leis foram promulgadas, 1995, 1996, de fato a COPEL começou a se preocupar com o tema, separar as suas contabilidades inicialmente e imaginar uma estrutura que está em discussão, de desverticalização. Apenas no intuito de atender a esta legislação então, visando a com-

petição. Com a possível privatização da COPEL, existe agora um novo problema, que é a maximização de valor. Evidentemente um dos maiores interesses do Estado e da sociedade paranaense é, em qualquer hipótese, seja lá o que acontecer, maximizar o valor da empresa. E essa maximização ela passa necessariamente também pela desverticalização. Ou seja, para discutir sequer o tema da maximização de valores, é sumamente importante que se conheça a contribuição um outro lado da questão que cada um desses segmentos presta ao todo. E aí sim é que se pode falar de uma avaliação mais sensata, que eventualmente pode chegar a valores muito mais altos do que aqueles registrado na nossa contabilidade, que é público, de 4 bilhões e 600 milhões de reais. É isso que está lá, que é o valor patrimonial da empresa. E evidentemente procurar-se-á uma modelagem que contemple no mínimo este valor patrimonial, se não algo mais através de uma divisão inteligente e que contemple tanto essa legislação que somos obrigados a cumprir, como também a idéia dessa maximização de valor.

Então, é esse o cenário dentro do qual estão transcorrendo essas discussões visando a reestruturação que no fundo é apenas tornar a estrutura da COPEL condizente com esse novo modelo que é uma situação de fato. Não é uma hipótese, é uma situação legal, de fato.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas não temos ainda um quadro fechado de quantas empresas resultariam essa reestruturação da COPEL.

O SR. INGO HUNBERT

Não, Deputados, não temos. É uma questão bastante complexa e que provavelmente vai requerer inclusive assessoria externa. É uma questão que talvez nós não consigamos resolver apenas com os nossos recursos internos, até porque ela passa por uma avaliação que é fornecida pelo mercado. Podemos apenas, quando eu mencionava antes o valor patrimonial da empresa, nos limitar à nossa contabilidade interna, ou seja, aquilo que conhecemos na empresa. Poder acontecer, no entanto, que o mercado tenha uma opinião muito mais abrangente sobre a COPEL. É uma hipótese. E para elucidar essa hipótese, se chega a essa estruturação definitiva - é necessário elucidar essa hipótese - é muito importante isso daí, porque através dela é que se chegará ao valor real da empresa. É necessário, então, que se faça isso auscultando o mercado, ou seja, o valor atribuído a empresa através dele. E aí é que se poderá responder a pergunta de V.Exa. sobre quantas unidades deverão existir. O que se sabe como concreto no momento, é que deverão, por lei, ser pelo menos três: geração,

transmissão e distribuição. O resto, por enquanto, ainda é uma incógnita.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Uma última intervenção. Em 1983, iniciou-se uma ampla discussão e posteriormente uma inteligente parceria na nossa avaliação, da COPEL com as Cooperativas de Eletrificação Rural existente no Paraná. Isso evidentemente em decorrência dos problemas que as cooperativas estavam enfrentando naquele momento, já que amparadas pelo Ministério da Agricultura e pelo INCRA deixaram de ter o apoio que vinham tendo para a implantação das redes de distribuição de energia elétrica a seus cooperados, se fez necessário naquela ocasião uma ampla discussão, entendimento das Cooperativas da COPEL. A pergunta que faço, é como ficarão as Cooperativas de Eletrificação Rural a partir dessa reestruturação da COPEL e a partir dessa intenção de se privatizar a COPEL por inteiro.

O SR. INGO HUBERT

Também uma pergunta bastante interessante, porque ela permite elucidar uma questão da época de 83, quando todo o setor elétrico, não apenas o Paraná, mas todo o setor elétrico se debatia com os problemas naturais da época. Uma época recessiva, uma época muito difícil que a nossa economia atravessava no país inteiro, uma época em que também o setor elétrico não tinha em absoluto garantida as suas fontes de financiamento. A legislação é a criação das Cooperativas de Eletrificação na época, foi uma saída que pareceu muito razoável, para que se trouxesse parceiros para "cena", parceiros que poderiam ajudar inclusive, na viabilização e no levantamento de recursos de investimento nas suas respectivas áreas. E que dessa maneira aliviassem as concessionárias, que novamente eram obrigadas a atender o segmento rural de qualquer maneira, mas que não tinham condições de levantar os recursos, e que também no regime inflacionário eram extremamente caros, para cumprir essa sua função. As cooperativas portanto, foram instrumentos bons, instrumento interessante naquela época para se eletrificar rapidamente determinados setores do campo, o que de fato aconteceu.

De lá para cá, muitas dessas cooperativas não todas felizmente, mas muitas dessas cooperativas infelizmente, tiveram dificuldades financeiras bastante sérias, pelas mais variadas razões. Negócios às vezes têm dificuldades, alguns têm, alguns não tem. E muitas dessas cooperativas elas acabaram invertendo a situação. Ou seja, elas acabaram voltando às concessionárias, já que diante de uma situação de fato, as concessionárias as ajudassem a resolver os seus problemas.

Ocorre que quando muitas dessas cooperativas chegavam às concessionárias elas estavam quase que em estado falimentar. Ou seja, uma situação que nem a cooperativa, nem a concessionária poderiam resolver. Criou-se portanto, aí um problema em muitos casos. Em alguns casos houve um acordo de doação do patrimônio dessas cooperativas para as concessionárias, que a partir daí assumiram os serviços, extinguindo as cooperativas. E em outros casos, em que já havia uma massa falida, em que já havia credores, claro, que se procurou acertar e negociar com esses credores, primeiro as dívidas, a COPEL fez muito disso, assumir a responsabilidade sobre aqueles redutos das Cooperativas de Eletrificação Rural. Algumas no entanto, para nossa felicidade deram certo. E essas cooperativas estão se mantendo, ou seja, elas auferem contribuições suficientes de seus cooperados, para não apenas fazerem os investimentos nas suas redes de eletrificação rural, como também prestarem todo o serviço de manutenção, de confiabilidade elétrica, etc... que os cooperados desejam.

Estabelecemos hoje na COPEL, um regime de co-existência cordial com essas cooperativas, no sentido de que procuramos ajudá-las onde se pode. Não podemos evidentemente alocar recursos, porque são entidades privadas e a própria lei nos veda isso. Mas muitas vezes podemos trocar experiências, podemos ajudar numa manutenção extraordinária, ou alguma coisa do tipo.

Imagino que essa situação, se não for resolvida por qualquer tipo de concessionária, será um autêntico incômodo. Porque se as cooperativas não tiverem respaldo na concessionária, de alguma maneira, ela potencialmente poderá ter problemas. De maneira que está no mútuo interesse, não apenas da cooperativa, mas no interesse da concessionária de manter esse vínculo ativo, porque senão a própria concessionária terá um problema. Evidentemente, uma rede de distribuição de energia elétrica é um vaso comunicante. Quando ela vai mal, outros segmentos da rede concessionária irão mal também. Fica no mútuo interesse fazer com que aquelas cooperativas que estão financeiramente sólidas, estejam em condições de se auto-manterem continuamente. Elas estão prestando um bom serviço para as comunidades. Como elas estão muito próximas de seus cooperados, entendem mais do que ninguém, os problemas desses cooperados e conseguem resolvê-los muito a contento. É mais ou menos essa a situação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Vou me deter a uma ou duas perguntas, porque me parece que essa discussão aqui, principalmente da questão da privatização, não seriam de alta indagação para muita discussão, principalmente, antes da votação do projeto. Até porque existem Companhias de energia elétrica e Companhias de energia elétrica. A COPEL é diferente de outras. Acredito que, muitos estados da federação estejam se vendo livres de um "abacaxi", no instante que privatiza sua empresa de energia elétrica. Não são geradoras. A COPEL é diferente. A COPEL, seguramente é no Paraná, a melhor empresa pública que temos. E isso, Dr. Ingo, o Sr. tem parte do mérito, porque, afinal de contas, o senhor é presidente dessa empresa. E essa empresa faz parte de um grupo de pessoas que ajudaram e continuam ajudando a trabalhar a COPEL para que ela seja esse orgulho que todos temos. Acharmos que seja uma empresa que deve ser mantida no Estado do Paraná. O governo é majoritário e ela é lucrativa.

Quando V. Exa. fala da colocação de uma quantidade de ligações elétricas nas comunidades do interior, acrescento a esses números aproximadamente 300 ligações de "Click Rural" construídos desde o Governo José Richa. Só o Governo José Richa fez mais de cem mil ligações de "Click Rural", via COPEL, e foi o que viabilizou o nosso Oeste e Sudoeste, terra do Deputado Valdir Rossoni, onde todas as pequenas propriedades impossibilitadas de pagarem a eletrificação levaram lá a eletrificação. Por que fazer isso? Porque o Estado tem um retorno. O Estado quando investe como majoritário da COPEL, ela vai ter retorno no ICMS. Porque esse pequeno agricultor vai comprar uma geladeira, um freezer, uma máquina estacionária, vai consumir energia elétrica, que vai gerar recursos na outra ponta. Volta a insistir na pergunta do Deputado Orlando Pessuti. A iniciativa privada não tem esse tipo de preocupação. Não vai colocar quinhentos metros de postes para levar luz para uma única família.

Esses assuntos são assuntos mais de conceitos sociais. Não adianta gastarmos essa manhã com discussão, pois V. Exa. fará brilhantes colocações. E, do nosso lado, não vai levar a nada a discussão desse projeto, lamentável, de vendas das ações da COPEL, pois acho que teríamos outra alternativa.

Queria lhe perguntar apenas duas coisas: o Paraná está falando, nesse momento pelo Governador Jaime Lerner, na transformação do perfil econômico do Estado do Paraná. Essa transformação dá-se com a busca de instalações de indústrias no nosso Estado. No começo foi, mais ou menos, incentivos fiscais tamanhos e tantos que para muitos de nós, comprometedores da receita do Estado, que o próprio Governo Federal preocupou-

se com uma lei para coibir esses incentivos fiscais na guerra entre os estados.

O que temos, Dr. Ingo, como moeda nossa para podermos propiciar a industrialização do Estado do Paraná? Uma forte Companhia de energia elétrica, que tem combustível dos mais importantes, no momento, para a geração dessas indústrias. Vamos nos desfazer. Não sendo majoritário não temos poder de decisão na hora que formos entre os acionistas definir o perfil que essa empresa vai fazer.

Diz V. Exa. que a COPEL nunca deu.

Claro que a COPEL nunca deu, mas o governo é majoritário, portanto o que ele possa para cobrir o benefício dado pela COPEL, como no caso da eletrificação, ele pode fazê-lo porque é majoritário.

Permite-me rapidamente dizer uma coisa: conheço uma empresa lá no Sudoeste que era formado por três famílias. Não vou declinar o nome dessa empresa porque é a inicial das famílias.

O primeiro das famílias que saiu fora veio me dizer o seguinte: bom, quando dava prejuízo era a nossa empresa que arcava, quando empatava era a do meio, quando dava lucro era a primeira.

Corremos o risco na frente de fazer uma sociedade aonde a iniciativa privada tem o lucro e o Estado tenha que bancar, sim, como o senhor afirmou aqui. O Estado vai bancar a essa empresa majoritária o lado social que ele vai ter que cumprir. Então, a minha preocupação.

Como fica o nosso projeto de industrialização do Estado do Paraná?

Segundo: agora, recentemente, a COPEL está pretendendo construir termoeletricas. Com essa autorização para a venda do controle acionário da COPEL, vamos continuar com o projeto de construção de termoeletricas?

Por que não privatizamos ou abrimos concorrência pública para que a iniciativa privada coloque o dinheiro dela e construa usinas no Paraná, sejam elas: termoeletricas, hidrelétricas. Por que elas não fazem com o dinheiro delas para explorar depois? Por que o Estado tem que fazer e depois passar para ela a exploração?

Dentro desta questão, aqui o jornal diz que a LIGHT estuda instalar usinas de 300 milhões de dólar.

Bom, esta usina que a LIGHT estuda implantar ela geraria 700 megawatts, é uma termoeletrica. Vamos construir uma termoeletrica no Paraná com quantos megawatts e qual é o custo estimado? Porque tenho ouvido falar outros valores aqui.

Para encerrar, porque eu não quero monopolizar as perguntas: só quero chamar a atenção de V. Exa., não quero entrar no mérito, mas tem uma série de perguntas aqui da Gazeta do Paraná, há 20 dias,

questionando a COPEL e não respondidas. Acho que isso fica ruim para todos nós.

Mas isso é uma relação jornal-COPEL que V. Exa. pode dizer que não interessa responder.

Mas tenho um requerimento aprovado aqui, Dr. Ingo, no dia 03/11/98, encaminhado à V. Exa. através do Governo do Estado aonde está subordinado à COPEL. Estamos hoje no 03/12. O Regimento Interno da Casa diz que em 30 dias deve existir resposta. "Não sendo prestadas as informações no prazo de 30 dias, o Presidente da Assembleia, mediante o pedido do autor aplicará as penas contidas no artigo 55 da Constituição do Estado."

O Artigo 55 da Constituição do Estado prevê crime de responsabilidade pela não informação ou pela informação faltosa.

Gostaria de receber essas informações da COPEL e advirto que as informações devem ser prestadas a esse Parlamentar que solicitou.

Então, Senhor Presidente Ingo Hubert, gostaria de ouvir de Vossa Excelência, principalmente estas colocações iniciais, essa última questão, Senhor Presidente Hubert, é apenas uma advertência para nós evitarmos de ter que solicitar de outra forma as informações que até agora não recebemos.

Gostaria que Vossa Excelência nos expusesse a questão - Como fica a industrialização do Paraná? Porque falamos em construir termoeletrica no instante que estamos privatizando a nossa empresa?

O SR. INGO HUBERT

Perfeito, nobre Deputado, novamente uma pergunta extremamente pertinente, profunda e abrangente. Ela se compõe na verdade de um número bastante grande de questões, vamos tentar abordá-las uma a uma.

Em primeiro lugar, gostaria em nome da empresa que represento como Presidente, agradecer a Vossa Excelência pelo elogio que faz à empresa, que realmente gratifica muito o corpo de funcionários, o corpo de empregados da COPEL. Terei a maior satisfação em transmiti-lo e transmitir também que parte de Vossa Excelência e realmente todos ficamos envaidecidos e contentes com isso. Dentro desta mesma situação, ainda como Presidente da empresa, preciso dizer que cabe ao Presidente da empresa assumir antes de mais nada, uma posição responsável. Uma posição menos responsável seria por exemplo, passar por algum meio, a ilusão de que tudo está indo muito bem, a ilusão de que realmente estamos navegando num mar de rosas, que realmente a empresa é sólida, forte lucrativa, produtiva e que isso poderá perdurar no tempo. Dessas afirmações, apenas a primeira parte seria absolutamente verdadeira. Hoje, a empresa de fato é tudo isto: é sólida, é lucrativa, produtiva, efi-

ciente e competente. Agora, a situação que eu já tive ocasião de discutir aqui com os nobres Deputados, mudou substancialmente com o arcabouço legislativo federal que regulamenta o nosso setor elétrico e que coloca uma empresa estatal, numa oposição realmente bastante mais complexa do que aquela existente até então. Naquela primeira exigência de responsabilidade do Presidente da COPEL, vejo-me na contingência, vejo-me obrigado a dizer que o valor atribuído à COPEL por todas essas suas prerrogativas e que são incostantes existe o risco disso não perdurar no futuro por causa de tudo isso. É apenas uma expressão daquela contingência mínima que cabe ao presidente de uma empresa de ser honesto e trazer isso a público. Não poderia em absoluto, jamais, esconder essa circunstância de quem quer que fosse. Assim também estamos trazendo a público essas mesmas circunstâncias nesta data e neste recinto.

Sobre a preocupação de Vossa Excelência, com relação à eletrificação rural, já tive oportunidade de mencionar aqui antes que tudo aquilo que foi feito e que é notório e que é realmente memorável nos governos anteriores, de muitos governos anteriores em relação a eletrificação rural, foi feito sempre, antes de mais nada, através de uma cooperação muito estreita entre o governo do Estado e a COPEL, ou seja, em momento algum e aliás, nem poderia, a COPEL fez esse esforço sozinha. Sempre houve algum tido de negociação que partiu do Estado.

Vários Deputados aqui mencionavam, por exemplo, o Governo Richa que foi um governo notável nesta área de eletrificação rural e reconhecemos isso. Houve uma cooperação entre o Estado e a COPEL no sentido de viabilizar recursos financeiros para dar cumprimento a esse governo quando o Governo Jaime Lerner fez 25 mil ligações aproximadamente, rurais, em condições extremamente difíceis, extremamente mais difíceis do que eram aquelas de 83 quando as propriedades ainda estavam mais próximas da rede, hoje estão muito mais distantes, também neste momento da rede, hoje estão muito mais distantes, também neste momento acontece uma negociação entre o Governo do Estado que de alguma maneira disponibiliza uma parcela de recursos e ou idéias que permitam este triângulo de parcerias, ou seja, o governo de um lado, a concessionária COPEL do outro e o interessado sitiante no terceiro vértice. Achou-se um caminho neste Governo sui-generis, porque criou-se o vale semente que ainda que não existia antes e que permitiu realmente que essas 25 mil ligações rurais fossem efetuadas como também outras tantas serão efetuadas no futuro. O concessionário, público ou privado, como eu já disse antes, ele se vê na contingência, pelo princípio da universalidade, de procurar o atendimento a todos. Se não o fizer, corre o

risco de ser autuado por um dos seus reguladores, ou o regulador federal, ou o regulador estadual quando existir aquela agência reguladora da qual já se fala aqui no Estado do Paraná.

De uma maneira ou de outra, a questão passou no passado, passa hoje e passará sempre por uma discussão entre primeiro interessado que é o Governo, pela sua função social, e interessado também, co-interessado pelo princípio da universalidade a que é obrigado pela legislação, de encontrar uma fórmula que permita o atendimento aos consumidores rurais.

É, portanto, muito mais uma questão de vontade política, é uma questão muito mais de acionamento dos dispositivos que a própria lei prevê por parte do Estado, no caso aqui, da criação de uma agência reguladora, que possa não apenas fiscalizar os concessionários rurais, mas também exercer sobre eles aquela pressão justa da sociedade, para que os serviços sejam bem cumpridos, sigam a lei, sigam o princípio da universalidade, sejam econômicos, ou seja, sejam feitos e sejam depois também cobrados a preço justo e que as camadas sociais menos favorecidas sejam contempladas.

Vossa Excelência certamente sabe e lembra, que o Governador Lerner, por sua vontade política, por sua deliberação, destinou um determinado montante de recursos do Tesouro, para que os consumidores de até 30 km/h, que são aproximadamente 200 mil dentro do Estado do Paraná, não paguem sequer a sua conta de energia, ou seja, é o tesouro estadual na execução de sua obrigação social, de sua função social que toma conta disso. Se a COPEL quisesse, por exemplo, isentá-los, ela não poderia fazê-lo pelo princípio de isonomia, que é inclusive constitucional, como Vossa Excelência sabe perfeitamente.

De maneira que, esta questão é muito mais uma questão de regulação, e é uma questão de fiscalização e de exigência, e por conseguinte, de vontade política do Governo do Estado, do que propriamente uma deliberação isolada da concessionária que de resto ela vai ter essa obrigação de qualquer maneira também, ou seja, ela sempre vai ter por aí também, no mínimo um interesse de atender a totalidade que hoje são cerca de 40 mil ainda no Estado do Paraná, pequenos sítiantes que não tem acesso à rede. Então, é esta a questão com relação a eletrificação rural.

No tocante a outra questão formulada por Vossa Excelência que diz respeito a industrialização do Estado, novamente partiu-se de uma vontade política de ter essa indústria, e de uma vontade política de criar os mecanismos para atraí-la.

No caso da COPEL, nós pudemos nos beneficiar também sem afrontar nenhuma das leis e regulamentos federais, de algo que não tinha sido

percebido antes, e que foi percebido também de uma maneira bastante original e criativa, pelo Governador Jaime Lerner, a chamada energia do desperdício. Vossa Excelência conhece muito bem o Estado do Paraná e sabe que, um grande montante de energia hoje é desperdiçado pelos vertedouros da empresa. Como as hidrelétricas são sujeitas ao regime de chuva, quando chove mais do que a energia demandada, aquele excesso de água desce pelo vertedouro e se perde. quando, no entanto, é possível combinar uma energia que é temporária, que só existe quando chove em excesso, como a outra energia proveniente de termoeletricas, existe a possibilidade de criar um montante adicional de energia disponível durante 100% do tempo, ou quase isso, sem fazer investimentos adicionais.

E aí, considerado o parque já existente e novamente sem investimentos, o parque já existente, Vossa Excelência sabe temos algumas termoeletricas, pequenas, mas elas existem, e também a complementariedade hidrológica das várias usinas, conseguiu-se realmente viabilizar um montante de energia, que simplesmente não era considerado antes, e este montante de energia foi utilizado para atrair empresas para cá, ou seja, partiu-se de uma vontade política, uma negociação com a concessionária e um consenso que permitiu criar mais um incentivo.

Sabemos que os incentivos de energia elétrica fazem parte, mas existem outros incentivos ainda, um pacote de incentivos que são de responsabilidade do Governo, e que com isso conseguiu com mais sucesso atrair cerca de 15 bilhões de dólares de novos investimentos que não estariam no Paraná hoje, se não fosse todo esse pacote e se não fosse acima de tudo a vontade política de te-los aqui.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Não interessa a discussão da questão da industrialização.

A pergunta que gostaria de fazer é a seguinte: Perdendo o controle acionário da COPEL, porque é claro que é mais fácil a negociação do Executivo, do Governo com a COPEL quando a COPEL tem como acionista majoritário o próprio Governo, e não tendo como fica para o futuro com novas negociações, com novas empresas, quando o controle acionário ao sentar na banca com o Governo, já não é mais do Governo, e sim da iniciativa privada.

O SR. INGO HUBERT

Perfeitamente, Deputado Caíto Quintana, muito pertinente a observação de Vossa Excelência.

Faria a seguinte pergunta, uma pergunta que, aliás, eu fiz a mim mesmo, muitas vezes, como responsável pela COPEL, será que existe algo contra o aumento de faturamento por parte de uma empresa, ou seja o que uma empresa como a

COPEL ter contra a uma empresa como a Renault, por exemplo, que lhe acrescenta uma carga equivalente a metade de Foz do Iguaçu, isto é um aumento no seu faturamento, e conseqüentemente no seu lucro.

Nenhuma concessionária teria, em condições plausíveis, algo contra o aumento de consumidores, principalmente consumidores de grande calibre, como é o caso das industriais, que de resto representam hoje 40% de toda a energia vendida pela COPEL. Maneira que é de se imaginar por simples, e uma questão bastante a lapidar, que dificilmente um concessionário, qualquer que seja, vá se opor a criar mecanismos no sentido de auxiliar o Governo do Estado a industrializar o Estado, sabendo que essa industrialização gerará mais renda e conseqüentemente muito mais consumo de energia elétrica, conseqüentemente muito mais receita e conseqüentemente mais lucro. Maneira que V.Exa. poderá aquilatar que se caminha aí na base de uma soma de interesses, um interesse que coloca lado a lado a disposição do Governo em industrializar o Estado e também a disposição do concedente no sentido de facilitar a entrada de novos grandes consumidores no seu mercado, principalmente se ele, concessionário, correr o risco de eventualmente um cliente desses não se estabelecer na sua área de atuação, mas na área de atuação do vizinho, criando, portanto, receitas para o seu competidor num regime competitivo. Fica, portanto, fácil de ver que a pura lógica mostre que existe até uma natural convergência de interesses. Uma convergência de interesses que existiu, no nosso caso, evidentemente por duas razões, mas que existiria de qualquer maneira. Como muito sucesso, então, houve esse programa de industrialização e ele vai se refletir na frente, através de um crescimento substancial do mercado da COPEL.

Quanto a pergunta da termoeletrica, nobre Deputado Caíto Quintana, a COPEL, hoje, tem um plano de construção de 4 termoeletricas a gás, no Estado do Paraná, uma dessas termoeletricas, V.Exa. acompanhou recentemente, foi extremamente reivindicada pela Região Norte do Estado, agora também as demais regiões, Oeste e Sudoeste reivindicam as suas termoeletricas a gás, e elas seguramente as terão. As terão por vários motivos, primeiro: O Brasil, como um todo, tem uma demanda crescente de energia elétrica e as usinas mais rápidas de serem desenvolvidas e construídas são as termoeletricas.

Segundo: Porque há investidores privados que estão dispostos a participar desde do nascimento de um projeto desses.

Então, não é correto dizer que o Estado primeiro desenvolve, constrói uma termoeletrica, para depois "doá-la" ao investidor privado para

explorá-la. Não! O investidor privado participa desde da prancheta, desde o primeiro momento, inclusive com o seu capital. É um capital que, portanto, não sai do caixa da COPEL, e sai sim do investidor privado, sai algum da COPEL também, mas não 100%. Se a COPEL fizesse essa usina ela investiria 100%, se ela fizer uma parceria ela vai investir 20, 30, 40, dependendo da sua participação.

A COPEL está muito mais interessada na energia da usina do que na usina. É importante realmente que esta usina seja feita de forma bastante econômica, e hoje temos uma projeção de construção dessas 4 termoeletricas, no mínimo, talvez outras mais, que vão utilizar o nosso potencial hidrelétrico, novamente aquela energia do desperdício a que me referia antes, ou seja, não vamos ter apenas a energia hidrelétrica que já temos mais a energia termoeletrica. Teremos a soma das duas mais alguma coisa que é resultado desta otimização hidrotérmica que vamos ter em nosso Estado. Isto vai conferir ao Paraná uma condição muito interessante de energia no futuro, como grandes provedores que seremos como Estado para a demanda de energia do País.

A usina mais adiantada neste momento, é a Usina de Araucária. Ela virá em bom momento, diga-se de passagem, porque Vossa Excelência sabe que a energia vem de longe, vem de lugares distantes como Segredo, Foz do Areia e no futuro Caxias, e acontecem perdas nesta transmissão. Colocando-se uma termoeletrica próxima ao centro e cargas, vamos inverter os fluxos e com isto reduzir substancialmente também as perdas, quer dizer, ganhar-se-á mais energia.

Em outras palavras, a criação de mecanismos para com esta energia toda é atrair indústrias, é uma convergência natural de interesses de qualquer tipo de concessionária e do Estado, e, estas termoeletricas deverão ser construídas de uma maneira ou de outra. Os valores que temos são semelhantes aos mencionados por Vossa Excelência apesar de ainda muito preliminares. Acreditamos que, com a competência técnica que já existe, seja possível reduzi-lo substancialmente.

Quanto às perguntas que Vossa Excelência formula, e também aquelas que estão contidas neste veículo que Vossa Excelência mencionou, na verdade tratam-se de questões corretas dirigidas à entidade errada porque quem tem informações sobre vendas de ações, como foram vendidas, a que preço foram vendidas, em que montantes foram vendidas, com que comissões foram vendidas, através de quem foram vendidas, se foram bem vendidas ou não e a somatória destes recursos cabe ser respondida por quem as vendeu, que foi no caso a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, ou seja, aquela que legitimamente era a sua proprie-

etária, e que, seguramente, no devido tempo, tenho a convicção, as responderá a esta Casa que as formulou com absoluta pertinência. De maneira que é o que posso dizer em relação a estas perguntas. No que tange às perguntas técnicas que dizem respeito à empresa quer no seu aspecto empresarial, quer no seu aspecto técnico, no aspecto de mercado, de geração, transmissão e distribuição, estamos de bom grado à disposição para responder toda e qualquer indagação.

Creio que não esqueci nenhuma das questões formuladas por Vossa Excelência continuo à disposição.

O SR. EDGAR BUENO

É rapidinha a minha pergunta. Não vou nem dissertar sobre a venda ou não venda de uma empresa lucrativa. A minha preocupação é a seguinte: hoje o Governo do Estado quer vender este patrimônio ou ele vai permitir que a iniciativa privada assuma o controle e o governo fica participando da mesma forma, de uma empresa boa que dá lucro, que é interessante e por isso sou contra sua venda por que é uma grande empresa do Paraná e tem um futuro extraordinário pela frente. Mas, o governo não corre o risco que um grupo econômico chegue, assuma o controle acionário, e portanto o Estado fica com este percentual enorme de um grande capital na mão da iniciativa privada?

O SR. PÉRICLES MELLO

Doutor Ingo, é um prazer conversar com o senhor neste momento. Acho que tem duas questões gerais que nos afligem e que é motivo do debate dessa Assembléia. Primeiro, se é bom para o Estado do Paraná do ponto de vista econômico, social vender a COPEL, passar às mãos da instituição privada ou não. E o segundo é a forma que está sendo vendida a COPEL e por quanto está sendo vendido? Então, queria fazer algumas perguntas para o senhor rapidamente nesses dois sentidos. Primeiro, no próprio projeto do governo está escrito o seguinte: "As inscrições legais das quais a COPEL está submetida na prestação de serviços a ela concedida pela União a impede de ter agilidade e flexibilidade necessária de sobrevivência imposta pelo mercado."

Queria saber se o senhor tem consciência clara que é verdade isso, o senhor acha que é verdade? O senhor acha que o tipo de mercado que existe em energia elétrica é de tal ordem a permitir uma afirmativa dessa quando existem grandes investimentos, quando atrás da COPEL existe a presença de um Estado importante como o Estado do Paraná, quando há o risco de hologopolizar a venda de energia elétrica pelo poder econômico e a influência política que tem os grandes grupos

econômicos? Queria ouvir do senhor a sua opinião sobre isso, colocando a relatividade da concorrência de mercado em energia elétrica e os perigos de acontecer a holigopolização da influência dos grandes grupos que vão dominar a energia no Paraná e no Brasil, e se realmente é impossível para a COPEL permanecer nas mãos do Estado, segundo a sua idéia, em função das questões que estão aí? A segunda questão é o preço da COPEL. Se fosse governador a primeira pessoa que perguntaria o preço da empresa seria para o diretor da empresa, que entendo é a pessoa mais habilitada, e o senhor tem demonstrado aqui pelo seu conhecimento a esse respeito que é uma pessoa habilitada para nos dizer isso, quanto o senhor acha que vale a COPEL e por quanto ela deveria ser vendida? Então, queria que o senhor respondesse essa pergunta. E queria que o senhor nos dissesse por quanto ela está sendo vendida, e se o senhor acha justo esse valor?

A outra questão diz respeito a forma da venda, não tivemos informações nesse Plenário, não tivemos condições de debater, estamos tendo uma conversa com o senhor um dia depois que a matéria já foi votada, já passou pela CCJ. Então, acho que não houve a transparência necessária para que se aprofundasse o debate nessa Assembléia com todo o povo do Paraná. Queria basicamente perguntar ao senhor essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Logo em seguida a resposta do Presidente da COPEL, a palavra estará com o Deputado Rossoni e aí encerraremos os debates.

O SR. INGO HUBERT

Obrigado, Senhor Presidente, nobres Deputados Edgar Bueno e Péricles Mello, na verdade as perguntas mencionadas por Vossas Excelências são bastante correlacionadas, e me permitam respondê-las também na exiguidade do tempo que infelizmente temos. Na verdade sobre se é ou não é um bom negócio vender a COPEL não cabe ao Presidente da COPEL decidir, cabe sim a quem vai vender a COPEL ou não, dependendo realmente da autorização que tenha ou deixe de ter, cabe enfim uma avaliação deste detentor das ações sobre se é um bom negócio, ou que tipo de participação deverá manter ou não manter no futuro dentro da empresa. O que cabe sim ao Presidente da empresa fazer é trazer à tona os conhecimentos que se tem dentro do setor elétrico, que nem sempre são de conhecimento da coletividade, e às vezes também não de conhecimento do Governo do Estado do Paraná, de maneira que o que estamos fazendo é exclusivamente trazer à tona estes conhecimentos, que são resultados da reestruturação das novas leis.

Vossa Excelência pergunta: “de que leis? Deputado Péricles, que leis e regulamentos são esses?” Basicamente a Lei 9074, Lei 8987, a Resolução do Conselho Monetário Nacional 2515, a própria Lei 8666, a das licitações, que nos estabelece uma série de procedimentos de fazer, por exemplo, as nossas aquisições e outras mais. Essas são as principais, mas existem outras ainda, que diferenciam uma empresa estatal de uma privada.

O que me cabe, como Presidente da empresa é trazer esses fatos à tona. Sobre se são ou não relevantes; se é o caso de vender e por quanto vender, não cabe ao Presidente da empresa decidir.

Quanto à forma que o nobre Deputado Péricles indaga é uma resposta, que infelizmente ainda não tenho. Ela vai depender da modelagem que, eventualmente, vai acontecer, se autorizada.

A modelagem é algo bastante complexa, até porque a COPEL está vinculada à legislação da CVM e da CEC dos Estados Unidos, de vez, que ela é licitada na Bolsa de Nova Iorque. É uma questão bastante complexa. Essa questão de valor, como diz Vossa Excelência, que o Presidente da empresa deveria saber, isso infelizmente não é o caso. O Presidente conhece aquilo que está nos números e de dizer aqui em público aquilo que também é de conhecimento público que o valor patrimonial da COPEL, hoje, é de quatro bilhões e seiscentos milhões de reais. O valor da empresa não é feito nem por Sua Excelência, o governador, nem pelo Presidente da empresa e, sim, pelo mercado. A entidade correta para ser indagada sobre o valor atribuído à empresa ou atribuível a ela é do mercado.

Em linhas gerais é isso que sucede e é tudo o que posso dizer nesse momento, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Deputado Valdir Rossoni, com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero agradecer o Presidente Anibal Khury pela forma como conduziu essa sessão e também agradecer o Presidente por ter permitido que o Presidente da COPEL viesse aqui esclarecer aos Deputados. Quero agradecer a presença do Presidente Ingo, que brilhantemente esclareceu as indagações e dizer a Vossa Excelência, que os Deputados que apóiam o governo nesta Casa não fizeram nenhuma indagação ou pergunta, porque o senhor sabe que por diversas vezes, estivemos juntos essa semana discutindo o teor do projeto e deixamos o tempo para que a oposição tivesse essa oportunidade de questioná-lo, e também para que o senhor tivesse o tempo suficiente para esclarecê-los. Mais uma vez agradeço a sua presença e a presteza do Presidente Anibal Khury.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Solicito ao serviço de taquigrafia que forneça a todos os Deputados que fizeram perguntas ao Presidente da COPEL as notas taquigráficas.

Agradeço a presença de Vossa Excelência, a compreensão dos Deputados, principalmente os da

oposição, que usaram a palavra nas perguntas com grande competência, tentando mesmo esclarecer a assunto.

Obrigado a todos.

Levanta-se a sessão.